

MAR PORTUGUÊS - REESCREVER PORTUGAL
NO VERSO E NO REVERSO DA AVENTURA

TERESA CRISTINA CERDEIRA DA SILVA
(UFRJ)

Eis aqui, quase cume da cabeça
De Europa toda, o Reino Lusitano,
Onde a terra se acaba e o mar começa
E onde Phebo repousa no Oceano.
(Luís de Camões. *Os Lusíadas*, III-20)

Aqui o mar acaba e a terra principia.
(José Saramago. *O ano da morte de Ricardo Reis*)

Reescrever Portugal pressupõe, como o prefixo bem o traduz, investir novamente, isto é, de novo, de um modo novo, na leitura de um país que desenvolveu, ao longo dos séculos, uma mitologia cultural de *país em viagem*, de rosto da Europa voltado “com olhar esfíngico e fatal” para o “Ocidente, futuro do passado” como o quis Pessoa, ou de espaço intermédio “onde a terra se acaba e o mar começa”, como assinalou Camões. Ao iniciar esta fala sobre o “mar português”, experimento um atordoamento de falas, experimento fisicamente um acúmulo de vozes que a cultura portuguesa foi tecendo ao longo dos séculos, fundadas certamente no Livro - não mallarmeano, mas camoniano - que deu corpo textual ao grande sonho do Império e suportou o imaginário de uma nação já em crise com o empreendimento marítimo. Como uma espécie de último canto de vitória, **Os Lusíadas** são o canto do cisne cuja sustentação épica não foi sequer possível perpetuar-se até o final dos dez cantos que o poeta empreendera compor (ouçamo-lo dizer: “No mais Musa, no mais, que a lira tenho / Destemperada e a voz enrouquecida”), não por falta de fôlego poético (ele insiste em afirmar: “E não do canto”), mas por coerência e maturidade ideológica que o impediam de manter o tom laudatório da sua proposição (e acusa: “mas de ver que venho / Cantar a gente surda e endurecida. / O favor com que mais se acende o engenho

/ Não no dá a pátria, não, que está metida / No gosto da cobiça e na rudeza / De uma austera, apagada e vil tristeza”).

Nenhuma outra cultura inscreveu com tal evidência as suas marcas num projeto visionário de alargar a terra estreita através do mar desconhecido; nenhuma outra fundou sua imagem numa carência inicial que, utopicamente, se fez vencedora por partir bravamente rumo ao “oceano por achar”; nenhuma outra, enfim, fundou seus esteios num livro, numa ficção, que alimentou por séculos aquela outra ficção do real, de um país conquistador do mar.

No atordoamento de falas a que me referi, tenho obrigatoriamente que atravessar a fala deste livro “fundador”, porque Portugal foi e é um *país em viagem*: da terra para o mar, no verso (camoniano?) da aventura marinheira; do mar para a terra, hoje, no reverso antiépico da sua trajetória cultural. Foi como *país em viagem* que Portugal acreditou poder incluir seu nome na modernidade da Europa do século XVI, humanística e revolucionária quanto às práticas de uma Idade Média que já não podia conter os anseios do homem na busca da ultrapassagem de seus próprios limites. Os “mares nunca dantes navegados” que eram então desvirginizados por barões cujos atos tinham a marca da exceção, que ousavam “mais do que prometia a força humana”, foram linguagem que inscreveria a face gloriosa dos portugueses na curta história gloriosa de que eram os protagonistas. Sobre essa relação vital entre o mar e o poema diz Eduardo Lourenço, outra voz convidada a este concerto de vozes:

Da nossa intrínseca e gloriosa ficção Os Lusíadas são a ficção. Da nossa sonâmbula e trágica grandeza de um dia de cinqüenta anos, ferida e corroída pela morte próxima, o poema é o eco sumptuoso e triste. Já se viu um poema “épico” assim tão triste, tão heroicamente triste ou tristemente heróico, simultaneamente sinfonia e *requiem*?¹

Os portugueses conquistaram a terra e ansiaram, depois, por mais terra que estava além do mar, como que impelidos por uma fatalidade geográfica de ser a proa da Europa voltada para o Ocidente. **Mensagem**, contraponto d’**Os Lusíadas** no século XX, reitera, em nível metafísico, essa missão de Portugal como “país em viagem”, de um Portugal que apostou no ondular desses pinhais metafóricos que, se não ondulam no sentido primeiro do curvar-se ao vento, fortes que são com suas raízes terrenas, ondulam na voz do poeta - Pessoa, é claro - que fez deles a imagem futura das “naus a haver” e que, essas sim, ondulam nas ondas do mar.

22. ¹ LOURENÇO, Eduardo. **O Labirinto da saudade**. Lisboa, Dom Quixote, 1978. p.

Na noite escreve um seu Cantar de Amigo
O plantador de naus a haver,
E ouve um silêncio múrmuro consigo:
É o rumor dos pinhais que, como um trigo
De Império, ondulam sem se poder ver.

Arroio, esse cantar, jovem e puro,
Busca o oceano por achar;
E a fala dos pinhais, marulho obscuro,
É o som presente desse mar futuro,
É a voz da terra ansiando pelo mar.²

De certo modo, D. Dinis torna-se, assim, o “começo involuntário” do mar, seu “agente” inconsciente, ao se fazer rei lavrador e “plantador” dos pinhais de Leiria.

Estranha simbiose de um olhar que esteve, culturalmente, sempre situado num cais e não num país, como se toda a vida fosse essa espécie de charneira trágica de uma geografia que fatalmente inscreve a pátria no espaço intermédio “onde a terra acaba e o mar começa”.

Estranho fado de uma nação que, por mais que diluísse as suas realizações “numa austera, apagada e vil tristeza”, continuou a alimentar, pelos séculos afora, o imaginário de um povo em delírio de grandeza passada e na miragem de umas *ilhas afortunadas* de onde sairia, talvez, na imagem do jovem rei D. Sebastião, o reencontro transfigurado com a glória. Saudosismo e messianismo, os ingredientes de um povo de presente esvaziado que, parodiando Garrett, não tinha mais que “amar neste mundo senão uma saudade e uma esperança - um filho no berço e uma mulher na cova”, metáforas de um futuro ainda por vir e de um passado glorioso que irremediavelmente findara.

Estranho fado que, finda a aventura marinheira, deixou o acre sabor do vazio e a marca do desalento nesses “desempregados do mar, depois de estarem as Índias descobertas” (Pessoa/Campos; “Opiário”). Portugueses, “órfão(s) de um sonho suspenso / Pela maré a vazar”, que prolongam em dimensões coletivas a dor do poeta, que é metafísica e cultural: a de estar “no cais de onde nunca parto”, a sentir apenas a “maresia dos dias”(Pessoa; “Marinha”).

Estranho fado que de pastores os fez viajores e depois os reduziu a espectadores de suas viagens passadas, irrealisticamente presentes na memória que costurava os farrapos com fios de ouro que fizessem do referente vida - irrecuperável e possivelmente indesejado - uma ficção consoladora.

² *Idem*, p. 31.

O caminho de volta foi duro e penoso. Não se cumpriu, certamente, na viagem da história portuguesa, aquele augúrio da musa, no final do canto XX d'Os Lusíadas, de que houvesse sempre "céu ameno e vento nunca irado". Houve tormentas e traumatismos, inquisição e censura, Ultimatum e Estado Novo, guerra colonial e repressão até que sobreviesse um certo abril, uma certa "primavera de Lisboa", esta não abortada, em que os cravos pudessem florir. O tempo era chegado. Não o da redenção - que esse é sempre o limite frágil se não se quiser novamente endurecer - mas o de um balanço do ser precário que a liberdade ousou revelar, com o desnudamento necessário de uma máscara que encobria, sem pejo, o rosto por refazer. Desta vez, perdidas as últimas amarras do Império, sem Índias por conquistar, finda a megalomania de um "mapa cor-de-rosa", que ousou pensar de forma definitiva e absoluta a presença portuguesa em África, o rosto, que antes fitava o Ocidente, descobriu-se fatalmente voltado para a terra, essa faixa estreita onde, como a verá José Saramago, em arguta paródia camoniana, "o mar acaba e a terra principia". A frase, que recontextualiza o verso sagrado de Camões, permite-nos dialogar com Eduardo Lourenço, pois seu texto, publicado em 1978, é como uma provocação para que as promessas de mudança que nasceram da revolução vitoriosa de abril de 1974 não repitam os erros dos procedimentos anestésicos do irrealismo cultural de séculos de cultura portuguesa. Queremos voltar, agora, a essa formalização de um novo projeto cultural que o ensaísta soube identificar naquela parte lúcida do processo jovem da jovem revolução, antes que ela se arriscasse a perder-se no turbilhão do cenário europeu finissecular. O que ele diz não é profecia de visionário, não é conselho doutoral, é uma recolha de propostas, é a sensibilidade de perceber os eflúvios saudáveis que viriam - resultando - a identificar o novo rosto da nação.

Chegou a hora de fugir para dentro de casa, de nos barricarmos dentro dela, de construir com constância o país habitável de todos, sem esperar de um eterno lá-fora ou lá-longe a solução que como no apólogo célebre está enterrada no nosso exíguo quintal.³

Seria, entretanto, injusto com a tradição imaginar que essa virada para a terra seria a proposta redentora nascida, como que por milagre, de um pós-74. Aliás, parece ingênuo não descobrir no próprio texto de Lourenço o eco de Garrett naquele "exíguo quintal" que só podemos imaginar povoado de laranjeiras, que crescem na horta de um escritor que não suporta os limites

³ LOURENÇO, Eduardo. *op. cit.* p. 51.

estreitos do “quarto” de um Xavier de Maistre. Em outras palavras, estamos dizendo que chamamos para o coro as brilhantes **Viagens na minha terra** que inauguram uma proposta de releitura de Portugal no avesso das viagens portuguesas, ou, se quisermos, com sinal oposto ao da apologética do mar como glória nacional. Garrett faz, sim, um livro de “viagens”, para situá-lo no contexto lusíada de um país de marinheiros. Mas essas são, agora, viagens na [sua] terra portuguesa, aquela que fica aquém-mar, desconhecida e abandonada pelos olhos de uma “política de transporte” que aniquilou a fixação positiva do homem à terra. Para assinalar esse sinal contrário a um movimento secular, parte do mesmo ponto - o Terreiro do Paço em que desambarcavam outrora as riquezas do Império - , e parte também de barco, porque marinheiras eram todas as viagens da tradição lusíada. Mas é aí, onde a similitude se implantaria, que a perversão se inaugura. O barco não repete as naus, porque não é glorioso e dele não se espera, ao menos, - tão lento vai - que seja o primeiro numa “regata de vapores”⁴. Logo se descobre, entretanto, que a sua falência não é tecnológica: ela se justifica tão - somente pela direção do caminho empreendido. Esse barco não desce o Tejo, rumo “ao largo oceano”; ele caminha, ao contrário, “Tejo-arriba”, para ir ao encontro do “quintal português”, “onde a laranjeira cresce na horta e o mato é de murta”⁵. O barco vai conhecer o Portugal interior, vai acompanhar o narrador na parte inicial de sua viagem a Santarém, viagem pequena, certamente, se pensarmos em geografia, viagem sem glória, sem adasmatores nem fogos de santelmo. E, no entanto, viagem importante, para dentro de um Portugal a re-conhecer, para dentro da cultura, para dentro das tradições, para dentro da História; viagem ainda de explorador sagaz que, subvertendo o traçado primeiro, investe em viagens paradigmáticas múltiplas a se inscreverem na sintaxe do mero deslocamento espacial que a viagem física prometia. Pontual este senhor Almeida Garrett! Pontual quando se firma numa política do concreto, como bem viu Helder Macedo⁶, pontual quando acredita no povo como aquele que poderia construir o “país habitável de todos”; pontual quando exige estradas de pedra e recusa a megalomania industrial de um país pobremente agrário a querer enveredar pelo modelo inglês das estradas de ferro; pontual quando pretende acordar o país da falsa imagem gloriosa que criara para si mesmo ao assinalar irônica e sutilmente o fim da épica dos mares.

⁴ GARRETT, A. **Viagens na minha terra**. Rio de Janeiro, Ediouro, p. 44.

⁵ *Idem*, p. 43.

⁶ “*Viagens na minha terra* ou a menina dos rouxinóis”. In: **Colóquio/Letras**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, n. 51: 15-24, 1979.

No caminho de ferro dos barões é que eu juro não andar. [...] Que tenha o governo juízo, que as faça de pedra, que pode, e viajaremos com muito prazer e com muita utilidade e proveito na nossa boa terra.⁷

De certa maneira o primeiro *requiem* para **Os Lusíadas** se tecia nessa nova proposta onde o “prazer” não estava mais na ficção de uma glória passada, mas na certeza do “proveito” e da “utilidade” dos seus projetos viáveis. O “país habitável” a que se referira Eduardo Lourenço não veio logo, levou tempo, aliás, para a proposta literária encontrar ecos na vida. O “país habitável” está, certamente hoje, em construção.

Mas o século XIX daria ainda uma outra versão do mar português no poema que Cesário compõe para a comemoração do 3º centenário d **Os Lusíadas**: “O sentimento dum Ocidental”. Ao trazer à memória, ao re-memorar, sabe bem Cesário que de um outro tempo se trata, que só na sua deambulação temporal, só na sua evocação do passado, é possível encontrar o passado glorioso pois, no presente, o que resta é a imagem fixada em monumento de “um épico de outrora” que “ascende num pilar”.

Mas, num recinto público e vulgar,
Com bancos de namoro e exíguas pimenteiras,
Brônzeo, monumental, de proporções guerreiras,
Um épico de outrora ascende num pilar!⁸

Cesário perverte a imagem gloriosa do Tejo das naus. O escritor sabe que ele não é só aquele que escreve, mas aquele que faz com palavras. Garrett fez com palavras a primeira travessia da terra; Cesário faz com palavras o deambular por uma Lisboa noturna e crepuscular - “Nas nossas ruas, ao anoitecer, / Há tal soturnidade, há tal melancolia, / Que as sombras, o bulfício, o Tejo, a maresia / Despertam-me um desejo absurdo de sofrer”- ; uma Lisboa de montras iluminadas, como uma catedral, percorrida pela procissão das “burguesinhas do catolicismo”; uma Lisboa de prostitutas com frio, de trabalhadores fantasmáticos e de um Tejo onde “o peixe podre gera focos de infecção”. Mas também, como a recuperar a imagem daquele “povo povo” de Garrett, vislumbra uma Lisboa onde ainda há, surpreendentemente, “um cheiro salutar e honesto a pão no forno” e varinas varonis, de troncos firmes “como

⁷ GARRETT, A. *op. cit.* p. 266.

⁸ VERDE, Cesário. “O Sentimento dum Ocidental.” *In: O Livro de Cesário Verde.* Lisboa, Minerva, 13ª edição. p. 97.

pilastras”, a sacudir as “ancas opulentas”, capazes de sustentar bravamente, embalando nas canastras, “os filhos que depois naufragam nas tormentas”, esses trágicos herdeiros da fatalidade camoniana.

Vazam-se os arsenais e as oficinas;
Reluz, viscoso, o rio; apressam-se as obreiras;
E num cardume negro, hercúleas, galhofeiras,
Correndo com firmeza, assomam as varinas.

Vêm sacudindo as ancas opulentas!
Seus troncos varonis recordam-se pilastras;
E algumas, à cabeça, embalam nas canastras
Os filhos que depois naufragam nas tormentas.

Descalças! Nas descargas de carvão,
Desde manhã à noite, a bordo das fragatas;
E apinham-se num bairro aonde miam gatas,
E o peixe podre gera focos de infecção.⁹

A linhagem estava definitivamente aberta para aqueles que ousariam voltar as costas ao mar, tocando a dimensão sagrada da tradição portuguesa. O século XX iria colocar, face a face, a última fase da investida imperialista e a consciência de que era na terra - na terra portuguesa - que a verdadeira conquista restava ainda por fazer. Terra por dividir entre os que nela trabalham, terra que se despovoava na viagem inglória da emigração, terra onde era preciso resgatar a dignidade humana, o respeito à liberdade política e cultural. José Cardoso Pires dá conta da crise ética da metáfora “país em viagem” em belo texto publicado no **Jornal de Letras** de fevereiro de 1986:

País em viagem. Sim, fomos isso nos séculos dos Descobrimientos. Somos ainda isso, mas agora pelo reverso da glória, pelo lado da emigração: mais de uma terça parte de nós próprios anda espalhada pelo Universo, o mapa-mundi dos expatriados está coberto de pegadas dos portugueses. Daí, talvez, o traço de nostalgia, a saudade, que tantas vezes nos dizem dominar o nosso perfil cultural.

Mas hoje, quando nos lembramos dos milhões de exilados da fome e do ódio político, a metáfora do “país em viagem” deixou de ter a luminosidade da aventura para se revestir de sombras macabras e de espectros. Aqui ficaram as raízes de Espinosa, e de Thomas

⁹ *Idem*, p. 95.

Mann, as de John Dos Passos, Jorge Luís Borges e de tantos e tantos filhos de portugueses que foram nascer a outras pátrias por culpa da nossa História violenta.[...]

Muito do nosso despovoamento vem daí, dum passado de Inquisição e de ditadores. Em cinco séculos de imprensa, Portugal acusa um passivo de quatrocentos anos de Censura, o que significa que o melhor da nossa voz e do nosso Pensamento foi construído sob o medo e a contracultura.

Cardoso Pires aponta na emigração o reverso da glória portuguesa no mar. Partir passava a significar sobreviver, fugir às tocaias da repressão ou ao abandono de um Estado elitista que marginalizava os camponeses, que retardava o crescimento do país, que castrava a fala dos intelectuais e dos líderes políticos. Quase cinqüenta anos de ditadura mantiveram Portugal à margem da Europa, a investir quixotesicamente na sobrevivência de um império ultramarino que aniquilava as últimas energias de um povo exangue numa guerra colonial insana. Morriam jovens portugueses que ignoravam o sentido da luta, morriam os africanos em nome da liberdade. Num tempo em que as demais potências europeias abriam sagazmente mão do controle político de suas colônias, Portugal insistia na ilusão imperialista. Aos que se opunham ao sistema repressor, a condenação, a arbitrariedade do julgamento, a ameaça da PIDE. Não seria demasiado lembrar, aqui, a tonalidade grave e pesada deste tempo através do testemunho final de Alves Redol em carta a Cardoso Pires, alguns dias antes da sua morte. O texto está inscrito no livro **E agora, José?**, numa espécie de depoimento do autor-destinatário, datado de 30 de novembro de 1969, denominado “Carta aos amigos comuns”. Da carta de Redol, uma frase sobretudo ressoa nos comentários de Cardoso Pires, transformados em nova carta endereçada, agora, aos amigos comuns: “Eu sou um dos que morre na incomunicabilidade com o seu tempo”. Ela começa assim:

Esta manhã chegou-me o telegrama da Edite. Morreu o Redol.

Fiquei diante da janela do quarto, a olhar, ou a não olhar, sei lá bem, o pátio coberto de neve - e tudo branco, tudo puro, o nada, e a notícia ali na mão a dizer-me que tínhamos perdido o nosso velho António, o nosso querido e paciente amigo. Que pátria madrastra, a nossa. Coisas boas que se perdem, gente grande de mais para tão mesquinho espaço... Que tempo. Que terra. Não adianta, bem sei, desabafar assim. Mas na morte de qualquer escritor português digno desse nome pesa sempre um remorso do tempo, sempre. É o rastro da mentira e do silêncio, e esse mal, quando não vence uma verdade interior, alastra e cerca-a por outras raízes. Mata primeiro do que o vírus decretado pelas certidões de óbito.

As vezes que falámos nisto, eu e o Redol. Ainda há pouco, numa carta em que se despedia de mim para sempre, lá vinha esta verificação magoada e terrivelmente simples: “Sou um dos que vai morrer na incomunicabilidade com o seu tempo”.

Não, não era um lamento. Era assim uma espécie de anotação final, qualquer coisa de quem arruma o balanço de uma vida e diz apenas “morro assim, e não é justo”.¹⁰

Redol é assim chamado ao coro das vozes para depor sobre o seu tempo, mas também para falar de uma aventura da escrita portuguesa neo-realista, que apontava justamente para a necessidade de desviar o olhar para a terra portuguesa. De **Gaibéus a Barranco de cegos** ou ainda a **O Muro branco**, Redol escreve Portugal, denuncia sua falência e aponta caminhos para a construção do “país habitável de todos”. Em nome da construção dessa eutopia, do lugar em que é bom viver (eu=bom, topos=lugar), não cabe mais o saudosismo extemporâneo de uma glória marinheira; exige-se o compromisso com a terra, com o homem na terra, expoliado pelo latifúndio que manipula suas vontades, aniquila seu corpo, entorpece sua consciência.

A grande viragem da literatura portuguesa aconteceria, entretanto, num tempo posterior ao da intervenção neo-realista. Gerado, de certa maneira também, por essa dinâmica *literatura da revolução*, outro é o tempo que se forja com os cravos de abril. Então, ultrapassada a urgência de uma literatura de denúncia como arma para a revolução, restava um longo caminho a cumprir no processo de autognose nacional. Não pretendemos com isso autorizar uma nova utopia redentora, neo-sebastianista, para o tempo pós-revolucionário. Com os percalços evidentes de um tempo que se constrói com dificuldade, a aurora de abril não deixa de ser, entretanto, um momento de virada aberto para um tempo a construir. Convidamos, então, Maria Alzira Seixo para esse colóquio terra-mar, para discutir uma linguagem também em construção.

Por isso, Abril deixou de ser Abril para se tornar ponto de passagem, ou melhor, ponta da passagem [...] . Se digo 25 de Abril e me encanto, páro, contemplativa. Para avançar, terei de dizer: 25 de Abril (o próximo, o outro). Então estabeleci um prolongamento, formei uma relação de contigüidade - de Abril a Abril, e já não é só a revolução que foi, é a revolução que é, e que será.¹¹

¹⁰ PIRES, J.C. **E agora, José?**. Lisboa, Moraes, 1977.

¹¹ SEIXO, M.A. **Discursos do texto**. Amadora, Bertrand, 1977. p. 24.

Restam-nos, pois, as vozes de Abril. Vozes que vão desconcertar os modelos ufanos em que o mar era a memória da grandeza passada. O século XX e, sobretudo, a consciência pós-revolucionária de um país agora sem império impõem o desvio salutar para a terra. Essa é a proposta do romance **O ano da morte de Ricardo Reis**, que aponta a terra como espaço da deambulação e do aprendizado. Do mar, da viagem que o personagem principal, Ricardo Reis, faz do Rio a Lisboa no ano de 1936, sabemos aparentemente pouco se a tomarmos em seu peso factual. Sabemos que ele volta a Portugal depois de ter recebido um telegrama de Álvaro de Campos anunciando-lhe a morte de Fernando Pessoa em 30 de novembro de 1935, e ainda para escapar às agitações políticas da Intentona Comunista no Brasil. Simbolicamente, entretanto, essa viagem diz muito para uma leitura como a que estamos fazendo até agora, que pretende ler a presença do homem português no mar. Saramago poderia bem dizer como Garrett: “Primeiro que tudo, a minha obra é um símbolo...”¹². A viagem do personagem é feita num barco da Mala Real Britânica que adentra o Tejo como o “couraçado inglês” do poema de Cesário, ocupando o espaço das naus; é uma viagem de volta, feita por mares longamente navegados, sem glória nem razão para ser cantada. Metonimicamente passamos do espaço “onde a terra se acaba e o mar começa”, do verso camoniano, a esse outro, de José Saramago, “onde o mar acaba e a terra principia”. Em ambos a idéia de limite, de charneira, mas com a diferença fundamental da direção do olhar. Da viagem no mar sabemos tão-somente que finda - “aqui o mar acaba” - porque é a aventura da terra que conta, é lá que o poeta das musas e heterônimo pessoano, habituado a ficar à beira-rio, à beira-estrada, molhando leve as [suas] mãos e contentando-se sabiamente com o espetáculo do mundo, experimentará a vida nessa Lisboa chuvosa e sombria de 1936, através dos jornais, dos contatos pessoais e das vivências a que estará submetido. A grande armadilha que a ficção lhe tece talvez seja essa mesmo de lhe fazer avaliar os próprios conceitos sobre o voluntário não envolvimento com o mundo, o seu não engajamento político e afetivo, ao lhe apresentar como cenário de vida o panorama social do ano de 1936: dez anos de salazarismo português, controle político da PIDE, invasão da Etiópia pela Itália, ascensão diabólica do nazismo na Alemanha, Guerra Civil Espanhola. No meio do tumulto das informações, apesar dos jornais lavados pela censura portuguesa, Ricardo Reis tem que aprender a ler o mundo, tem que molhar as mãos no duro espetáculo da vida, tem que vivenciar a experiência afetiva, tem que optar. Seu conhecido epicurismo será certamente violado, seu descompromisso político abalado quando se vir absurdamente levado a comparecer ao interrogatório da

¹² GARRETT, A. *op. cit.* p. 49.

PIDE, sua impassibilidade diante da paixão terá que negociar com uma Lídia que tem nome de pálida musa arcádica e, no entanto, é uma morena portuguesa, mulher do povo, quase analfabeta, camareira de um hotel de 2ª classe, que se deita com ele e o inquieta quando lhe propõe um outro olhar comprometido ideologicamente com a vida. Diante do intelectual, do senhor doutor e poeta de gosto arcádico, ela é a que tem aquele “saber só de experiências feito” e que põe em xeque o seu saber livresco e a sua alienação.

Assim está Lídia, que tendo feito a sua parte de ligeira e graciosa, junta às preocupações que lhe dá Ricardo Reis as más notícias que vêm de Espanha, más segundo o seu modo de entender, que é coincidente com o de seu irmão Daniel, como temos visto. E ouvindo anunciar na telefonia que Badajoz foi bombardeada, começa a chorar ali mesmo como uma madalena, estranha atitude a sua, se a Badajoz nunca foi, se não tem lá família nem bens que com a bomba possam ter sofrido [...]. Mas Ricardo Reis, ao mesmo tempo que, com um carinho desajeitado, ajuda a Lídia a enxugar as lágrimas, vai argumentando, tentando trazê-la ao redil da sua própria convicção, e repete as notícias lidas e ouvidas, Estás tu aí a chorar por Badajoz, e não sabes que os comunistas cortaram uma orelha a cento e dez proprietários, e depois sujeitaram a violências as mulheres deles, quer dizer, abusaram das pobres senhoras, Como é que soube, Li no jornal, e também li, escrito por um senhor jornalista chamado Tomé Vieira, autor de livros, que os bolchevistas arrancaram os olhos a um padre velho e depois regaram-no com gasolina e deitaram-lhe o fogo, Não acredito, Está no jornal, eu li, Não é do senhor doutor que eu duvido, o que o meu irmão diz é que não se deve fazer sempre fé no que os jornais escrevem, Eu não posso ir a Espanha ver o que se passa, tenho de acreditar que é verdade o que eles me dizem, um jornal não pode mentir, seria o maior pecado do mundo, O senhor doutor é uma pessoa instruída, eu sou quase uma analfabeta, mas uma coisa eu aprendi, é que as verdades são muitas e estão umas contra as outras, enquanto não lutarem não se saberá onde está a mentira, E se é verdade terem arrancado os olhos ao padre, se o regaram com gasolina e queimaram, Será uma verdade horrível, mas o meu irmão diz que se a Igreja estivesse do lado dos pobres, para os ajudar na terra, os mesmos pobres seriam capazes de dar a vida por ela, para que ela não caísse no inferno, onde está, E se cortaram as orelhas aos proprietários, se violaram as mulheres deles, Será outra horrível verdade, mas o meu irmão diz que enquanto os pobres estão na terra e padecem nela, os ricos já vivem no céu vivendo na terra, Sempre me respondes com as palavras do teu irmão, E o senhor doutor fala-me sempre com as palavras dos jornais.¹³

¹³ SARAMAGO, J. *O ano da morte de Ricardo Reis*. Lisboa, Caminho, 1984. pp. 387-388.

Longo é, pois o aprendizado de Ricardo Reis na terra que ele precisa começar a conhecer. Se as tranformações por que passa não o conduzem de intelectual alienado a politicamente engajado - seria quase inverossímil tal possibilidade - constata-se o abalo, constata-se a dolorosa experiência do outro lado, pelo qual ele não opta, mas que o leva à posição limite da opção: passar definitivamente de heterônimo a personagem, escolhendo a vida, ou reintegrar-se com a imagem que Pessoa lhe havia tecido, acompanhando o Pai no Cemitério dos Prazeres. Ricardo Reis opta por esta última mas o romance, que finda aparentemente num duplo desastre - o desastre político da revolta dos barcos contra o governo salazarista e o desastre da proposta ideológica de desalienação do indivíduo -, guarda um salto de esperança na variante da paródia inicial da fórmula camonianiana, que constitui a última frase do texto e que aponta para uma esperança fundada no fim da épica do mar e no voltar-se para a construção da terra: “Aqui, onde o mar acabou e a terra espera”, uma terra portuguesa que ficava como Lídia femininamente grávida de frutos que um dia não seriam abortados nem traídos.

O tempo da estória do romance é 1936, mas o tempo da sua escrita, o tempo da escrita de José Saramago, é claramente pós-revolucionária. Há vinte anos, abril de 74 operou uma mudança definitiva. Não trouxe, como sabemos todos, todas as respostas. Mas abalou definitivamente uma estrutura arcaica, autoritária, castradora dos últimos 50 anos de ditadura. Mais que isso, abalou uma forma saudosista e messiânica de conceber Portugal, exigindo que o país acordasse para uma revisão do presente. O mar português não podia continuar a forjar a uma grandeza esquizofrênica, desligada do menor sentido de realidade. O mar português perdera a epicidade passada e se tingira de outras barcas inglórias nos anos agudos de uma extemporânea aventura colonial:

Lisboa tem barcas
agora lavradas de armas.

São de guerra as barcas novas
ao mar mandadas com homens

Lisboa tem barcas novas
agora lavradas de homens

[...]

Barcas novas levam guerra
As armas não lavram terra

Em Lisboa sobre o mar
armas novas são mandadas¹⁴.

Era preciso fazê-las retornar ao porto, essas barcas da guerra, para deixar nascer a liberdade dos novos países a haver. A África construía o seu tempo e Portugal iniciava sua viagem de retorno à estreita faixa de terra que era preciso descobrir para buscar, enfim, como profetizou Eduardo Lourenço, com seus próprios limites, aquele “tesouro” que estava “enterrado no [seu] exíguo quintal”.

Quis falar do mar português e aventurei-me numa travessia textual. Navegamos juntos por textos que falam a cultura de um povo, no verso ou no reverso da sua glória marinheira. Porque a literatura é isso, é um registro da cultura, é uma voz em que ecoam muitas vozes, a assinalar, por exemplo, que o mar é uma dimensão deste povo, mas não mais o modelo obliterador do presente. Porque o mar acabou e a terra, que esperava, acordou para sua saudável travessia.